

Porto Feliz tem lei de aluguel social, mas mulheres vítimas de violência doméstica ficam de fora

De acordo com o delegado, mais de 300 mulheres por ano são vítimas de violência doméstica na cidade

Foto: Ilustração



Na entrevista com o delegado titular de Porto Feliz, Dr. Raony de Brito Barbedo, questionamos sobre o funcionamento da Sala Lilás, a viabilidade da criação da Casa Lar para mulheres vítimas de violência doméstica e, durante a entrevista, o delegado sugeriu a criação da lei do aluguel social para essas mulheres. Em pesquisa, descobrimos que a lei já existe, mas não contempla mulheres vítimas de violência doméstica. **Pág.: 7.**

ENTREVISTA: “Em um mês, teremos a Sala Lilás e a Delegacia de Defesa da Mulher Remota”

Foto: Adriano Capelini/arquivo



Em entrevista ao jornal O Arauto, o delegado titular Raony de Brito Barbedo falou sobre seu trabalho à frente da delegacia da cidade. Entre os temas abordados, destacam-se os casos de violência doméstica, que, segundo ele, ultrapassam 300 ao ano. Também foram discutidos a implementação da Sala Lilás e a nova forma de atendimento às mulheres: a Delegacia de Defesa da Mulher Remota, interligada a uma delegacia da capital. Acompanhe a entrevista na íntegra nas páginas 5 e 6.

Porto Feliz recebe Selo Ouro Nacional de Compromisso com a Alfabetização **Pág.: 4.**

PM e jovem morrem em acidentes na Rodovia Marechal Rondon

Foto: divulgação



Dois acidentes graves ocorridos na Rodovia Marechal Rondon (SP-300) resultaram na morte de um policial militar e de um jovem. Os casos, que aconteceram em dias diferentes, chamam a atenção para a necessidade de reforçar a segurança nas vias e alertam sobre os riscos de imprudência no trânsito. **Pág.: 7.**

Projeto prevê leitos separados para mães em luto

Foto: divulgação



O vereador Luís Henrique Diniz (Dr. Diniz/PSD) apresentará um projeto de lei que promete trazer mais humanização e acolhimento para mães que passam por uma das experiências mais dolorosas: a perda de um bebê antes ou durante o parto. A proposta, que deve entrar em breve para votação na Câmara de Porto Feliz, prevê a criação de leitos ou alas separadas em hospitais públicos e privados para mulheres que tiveram filhos natimortos, abortos espontâneos ou que aguardam a retirada do feto após diagnóstico de morte fetal. “O projeto visa oferecer um ambiente mais acolhedor e humanizado para essas famílias em luto”, disse o vereador na última sessão da Câmara. **Pág.: 4.**



CAMPANHA JORNAL O ARAUTO

CAMPANHA EM APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE PORTO FELIZ

Desde a edição impressa de julho de 2023, o Jornal O ARAUTO disponibiliza gratuitamente, todos os meses, uma página para divulgação das instituições filantrópicas da cidade. É uma forma de contribuir com o trabalho das instituições de Porto Feliz. A instituição que quiser participar do projeto, basta entrar em contato com o jornal. Faça um gesto de amor e seja um colaborador. Ajude as instituições filantrópicas do nosso município.

Acreditar
GRUPO DE APOIO AS PESSOAS COM CÂNCER

COLABORE DOANDO:

- cestas básicas
- alimentos não perecíveis
- leite
- produtos de higiene pessoal
- roupas
- calçados
- utensílios domésticos para o bazar

associacaocreditarpfz@gmail.com

BANCO SICOOB
Agência 3191
C/C 14.212-3

CHAVE PIX
CNPJ:
17.058.141/0001-68

BANCO DO BRASIL
Agência 0970-9
C/C 107.880-1

f Acreditar Porto Feliz i acreditar_portofeliz

PRECISAMOS DA SUA AJUDA

Sociedade de São Vicente de Paulo
SSVP
serviens in spe
CONSELHO PARTICULAR DE PORTO FELIZ

TODA AJUDA SERÁ BEM-VINDA!

CHAVE PIX SOLIDÁRIO
12.927.511/00001-32

ASSOCIAÇÃO MONTE CARMELO

Faça sua doação e ajude o Monte Carmelo!

ITAÚ
AG 0068
CC 52961-9

BRADESCO
AG 364-6
CC 17690-7

SICRED
AG 0731
CC 66572-0

BB
AG 970-9
CC 29533-7

PIX-CNPJ: 58.975.160/0001-36

CIDADE DOS VELHINHOS DE PORTO FELIZ

CAMPANHA DE ARRECAÇÃO DE DONATIVOS

ITENS DE DOAÇÃO:

- Fraldas geriátricas
- Itens de higiene pessoal
- Roupas
- Alimentos não perecíveis
- Materiais de limpeza

LOCAL DE ENTREGA:
Av. Monsenhor Seckler, 105, Porto Feliz
Telefone: (15) 3262-1282

PIX PARA DOAÇÃO:
(15) 9.9705-4595

APOIE ESTA CAUSA. FAÇA PARTE DESTA CORRENTE DO BEM.

Faça aqui sua doação

apaeportofeliz.org.br

APAE Porto Feliz

FAÇA A SUA DOAÇÃO: PIX QR CODE

BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA 970-9
CC 580-0

PIX -CNPJ:
55.149.348/0001-37

AJUDE OS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA E AS FAMÍLIAS CARENTES DA CIDADE

CHAVE PIX: 01.813.603/0001-75
DOAÇÃO NO BANCO DO BRASIL: AG: 0970-9 - CC: 4301-6

COLABORE DOANDO ROUPAS, ELETRODOMÉSTICOS (EM BOM ESTADO), NOTAS FISCAIS SEM CPF, CESTAS BÁSICAS E ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS

ALBERQUE NOTURNO
JOSÉ BONIFÁCIO, 424 - CENTRO - PORTO FELIZ - 15 3262-2868



@apaeportofeliz /apaee.deportofeliz



COLONISTA & SAÚDE

MEMÓRIAS DE PORTO FELIZ: O Combate à Varíola na Vila de Porto Feliz!

Por Reinaldo Crocco Júnior

A varíola é uma doença infecciosa grave causada pelo vírus Orthopoxvirus e já considerada erradicada pela Organização Mundial da Saúde, desde os anos 1980. Importante considerar, todavia, que essa enfermidade atravessou os séculos XVIII e XIX, ressaltando que entre os anos de 1834 e 1835 fez inúmeras vítimas em nosso país assolando tristemente as cidades brasileiras.

A literatura médica registra que as primeiras vacinas contra a temível moléstia chegaram ao Brasil no início dos anos 1800, importadas da Inglaterra. Em 1811 foi criada a “Junta da Instituição Vacínica” na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de implementar diversas ações para o controle da doença, entre elas a promulgação, em 1832, da lei que tornava obrigatória a vacinação das crianças.

Inobstante os esforços das autoridades, a doença ainda continuou fazendo vítimas, sendo responsável por um nú-

mero substancial de mortes. O tratamento da varíola era feito por meio do “pus vacínico”, material retirado das pústulas de pessoas infectadas pela varíola e utilizado para inocular a vacina anti-variolica em pessoas saudáveis através de arranhões ou perfurações.

Essa vacina foi descoberta no século XVIII pelo cientista Edward Jenner e, no Brasil, o Instituto Vacínico do Império tinha a responsabilidade de estudar, praticar, melhorar e propagar a vacina. Para trazer a vacina de Lisboa para o Brasil, o pus vacínico era retirado ainda em alto mar, a fim de que pudesse chegar “fresco” ao nosso país.

Na primeira metade do século dezenove, empenhada na luta contra a temível doença, a Câmara de Vereadores da Vila de Porto Feliz enviou esforços junto ao Vice-Presidente da Província de São Paulo para proteger seus cidadãos. Todavia e de acordo com um ofício enviado àquela autoridade imperial no dia 13 de



Foto: domínio público

outubro de 1835, a Edilidade local confirmou o recebimento de duas lâminas de “pus vacínico” que não prosperaram, razão pela qual solicitava a remessa de outras lâminas para o necessário combate à doença.

Eis o teor do histórico ofício, respeitada a ortografia da época: “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor – A Camara Municipal da Villa de Porto Feliz acusa a recepção do Offício de Vossa Excelencia de 26 d’Agosto próximo passado acompanhado de duas laminas de puz vacinico, as quais não tendo prosperado, a Camara supplica por outras, a ver se obtem melhor re-

sultado.

Deus Guarde a Vossa Excelência. Vila de Porto Feliz em Sessão Ordinaria da Camara aos 13 de Outubro de 1835. Ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Vice Presidente d’esta Província. Vereadores José Gomes da Silva, Francisco de Oliveira Leite Setubal, Antonio Correa de Moraes, Francisco Antonio de Moraes Almeida, Mathias Teixeira da Silva, Mathias Teixeira de Almeida, Manoel Ferreira Peixoto”.

Vale ressaltar em respeito ao memorável passado da nossa terra, que dos sete vereadores que assinaram o histórico ofício enviado ao Vi-

ce-Presidente da Província de São Paulo, três eram membros ativos do Quadro de Obreiros da Loja Maçônica Intelligência, a saber: José Gomes da Silva (Catão D’Utica); Francisco Antonio de Moraes (Platão) e Mathias Teixeira de Almeida (Aristides).

Esta crônica é uma homenagem de reconhecimento e gratidão para com os nossos valorosos antepassados.

Salve Terra das Monções / Tua gente varonil / Honrará tuas tradições / E a grandeza do Brasil!

Reinaldo Crocco Júnior
é advogado, escritor e pesquisador

O FIM DA DOENÇA. Em 8 de maio de 1980, a 33ª Assembleia Mundial da Saúde declarou oficialmente: “O mundo e todos os seus povos estão livres da varíola”. A declaração marcou o fim de uma doença que atormentou a humanidade por pelo menos 3 mil anos, matando 300 milhões de pessoas somente no século XX. A doença foi erradicada graças a um esforço global de 10 anos, liderado pela Organização Mundial da Saúde, que envolveu milhares de profissionais de saúde em todo o mundo para administrar meio bilhão de vacinas para eliminar a varíola. Os US\$ 300 milhões usados para erradicar a varíola salvaram ao mundo bem mais de US\$ 1 bilhão por ano desde 1980.



Foto: Organização Mundial da Saúde



CÂMARA E PREFEITURA

Projeto proposto por vereador prevê leitos separados para mães em luto

O projeto visa oferecer um ambiente mais acolhedor e humanizado para essas famílias em luto

O vereador Luís Henrique Diniz (Dr. Diniz/PSD) apresentará um projeto de lei que promete trazer mais humanização e acolhimento para mães que passam por uma das experiências mais dolorosas: a perda de um bebê antes ou durante o parto. A proposta, que deve entrar em breve para votação na Câmara de Porto Feliz, prevê a criação de leitos ou alas separadas em hospitais públicos e privados para mulheres que tiveram filhos natimortos, abortos espontâneos ou que aguardam a retirada do feto após diagnóstico de morte fetal.

Atualmente, essas mães são frequentemente alocadas em leitos ao lado de mulheres em trabalho de parto ou com bebês recém-nascidos, o que pode agravar o sofrimento psicológico e emocional. O projeto de Luís Henrique Diniz busca mudar essa realidade, garantindo um ambiente mais acolhedor e respeitoso para as famílias em luto.

“Este projeto de lei garante leitos separados em hospitais públicos e privados para mães que perde-



ram seus bebês antes ou durante o parto e visa oferecer um ambiente mais acolhedor e humanizado para essas famílias em luto. Além disso, garantimos um acompanhamento psicológico para as mães e a permissão para a presença de um acompanhante durante o período de internação”, explicou o vereador.

A proposta estabelece que tanto a rede pública quanto a privada de saúde deverão disponibilizar espaços específicos para essas pacientes. O objetivo é evitar que as mães

em luto tenham que conviver com o barulho e a movimentação de partos e nascimentos, situações que podem intensificar a dor e o trauma da perda.

Além da criação de leitos ou alas separadas, o projeto também prevê a oferta de suporte psicológico especializado para as mães e suas famílias. Com a aprovação do projeto, Porto Feliz se tornará uma das primeiras cidades da região a implementar uma legislação específica para garantir direitos e suporte às mães em luto.

CAMPANHA CONTINUA. O Fundo Social de Solidariedade de Porto Feliz segue promovendo uma campanha de arrecadação de roupas para ajudar famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa busca oferecer apoio e conforto àqueles que mais precisam, especialmente durante os meses mais frios do ano. As doações podem ser entregues diretamente na sede do Fundo Social, localizada na Avenida Capitão Joaquim Floriano de Toledo, 633, Box 10. O horário de funcionamento para recebimento das doações é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 16h.

Porto Feliz recebe Selo Ouro Nacional de Compromisso com a Alfabetização

Foto: divulgação



Nesta segunda-feira (10), o prefeito de Porto Feliz, Célio Peixoto dos Santos, acompanhado do vice-prefeito Lucas Rodrigues e do secretário de Educação, Celso Iversen, recebeu o Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização. A cerimônia ocorreu em Brasília e reconheceu os municípios que se destacaram na implementação de políticas públicas eficazes para a alfabetização de crianças. Porto Feliz foi agraciado com o Selo Ouro, o mais alto nível de reconhecimento. O Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização é uma iniciativa que visa incentivar e valorizar os municípios que demonstram excelência no ensino e compromisso com a educação básica, especialmente no que diz respeito à alfabetização na idade certa. Em suas redes sociais, o prefeito Célio Peixoto dos Santos comemorou a conquista e destacou a importância do trabalho em equipe para alcançar resultados tão significativos. “Hoje, recebemos em Brasília o Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização. Porto Feliz conquistou o Selo Ouro, que reconhece a excelência da educação pública na nossa cidade. Essa conquista reflete o trabalho conjunto em prol de um futuro melhor para nossas crianças! Seguiremos trabalhando juntos para fazer de Porto Feliz um lugar cada vez melhor”, afirmou o prefeito.



ENTREVISTA

Desde março de 2023, a Delegacia de Polícia Civil de Porto Feliz é comandada pelo delegado titular Raony de Brito Barbedo. Formado em Direito em 2008 pela Faculdade de Direito de Itu, Dr. Raony atuou como estagiário no Ministério Público por seis anos. Após advogar por quatro anos,

ingressou na Polícia Civil como investigador em 2016 e, pouco depois, foi aprovado no concurso público para delegado. Receptivo e atencioso, Dr. Raony recebeu a reportagem do ARAUTO para falar sobre seu trabalho à frente da delegacia da cidade. Entre os temas abordados, destacam-se os casos de violência doméstica, a

implementação da Sala Lilás e a nova forma de atendimento às mulheres, já em vigor na unidade. Também foi discutida a criação de uma Casa Lar para mulheres vítimas de violência doméstica. O delegado explicou a complexidade dessa iniciativa e sugeriu alternativas ao município. Acompanhe a entrevista na íntegra:

O ARAUTO – Como está a instalação da Sala Lilás?

DR RAONY – Vou explicar o que está acontecendo em relação à Sala Lilás. A Sala Lilás, ou a implementação da Sala Lilás, é um plano da Secretaria de Segurança Pública Estadual. Eles têm a intenção de aumentar o número de Salas Lilás e também de criar mais delegacias da mulher. Existe até uma proposta de transformar todas as delegacias da mulher em delegacias 24 horas. Dentro desse projeto, foi encaminhado ao departamento da Polícia de Sorocaba que indicassem, se não me engano, três delegacias que teriam condições de receber essas Salas Lilás. Entre essas três delegacias, foi indicada a delegacia de Porto Feliz. O procedimento agora é o seguinte: preparamos essa sala e aguardamos os equipamentos e os links de acesso que serão encaminhados para nós. Atualmente, ainda estamos organizando a Sala Lilás, que não está em funcionamento. Estamos preparando-a, e parte dos equipamentos já foi enviada. Agora, aguardamos a conclusão desse trabalho. Hoje, a delegacia conta com uma escrivã para atendimento exclusivo de violência doméstica, que é uma funcionária estadual, proveniente do último concurso de escrivãs, e mais uma assistente social cedida pela prefeitura. Essas duas pessoas vão continuar trabalhando, inclusive quando a Sala Lilás estiver totalmente equipada, como deve ser.

O ARAUTO – O que seriam esses equipamentos?

DR RAONY – O equipamento que eles encaminharam e que já está na delegacia é um televisor com uma especificação técnica

que eu não tenho domínio, e um computador. Como funciona a Sala Lilás? A Sala Lilás é um meio para realizar atendimentos via DDM [Delegacia de Defesa da Mulher] online. Portanto, o atendimento é feito remotamente por uma equipe da DDM online, e é por isso que esses equipamentos são necessários.

O ARAUTO – Os funcionários daqui entram em contato com a delegacia da mulher de outra cidade ou região através desses equipamentos?

DR RAONY – Não. A DDM online é como se fosse uma DDM fixa. Então, por exemplo, se a pessoa chega na delegacia, por algum motivo ela não quer ser atendida por aquela equipe, ela tem a opção de ser atendida por essa equipe da DDM online.

O ARAUTO – Então, o atendimento é remoto?

DR RAONY – De forma remota. Assim, na prática, eu acredito que durante o dia não vai ter uso desse sistema. Porque, como eu digo, vai estar toda a equipe aqui. Então, é muito melhor você lidar com a pessoa ao vivo, com o pessoal também aqui, o pessoal todo é treinado, do que você ficar aguardando via sistema, te chamar. Então, o atendimento pessoal seria mais rápido. Mas, por exemplo, num plantão noturno, que a equipe é reduzida, que às vezes só vai ter homem na delegacia, a vítima pode optar por esse atendimento da delegacia online.

O ARAUTO – E ela é atendida ao vivo por uma equipe de uma delegacia da mulher de outro município?

DR RAONY – Não é de

outro município, é, na verdade, da sede de São Paulo. É uma equipe de lá.

O ARAUTO – Então, também haverá uma delegacia da mulher online, de forma remota?

DR RAONY – É uma opção.

O ARAUTO – E vai ter essa opção?

DR RAONY – Vai.

O ARAUTO – Já há uma data para a implementação?

DR RAONY – Bom, eu acredito que até o começo do mês que vem já está tudo pronto.

O ARAUTO – Esses equipamentos já estão a caminho. Virá para cá?

DR RAONY – Sim.

O ARAUTO – À noite, muitos casos de violência doméstica ocorrem. Como ficará o atendimento nesses horários, já que a delegacia está fechada e só há um plantonista, geralmente homem. Ela vai conseguir entrar na delegacia?

DR RAONY – Sim.

O ARAUTO – Então, ela vai conseguir ter acesso à delegacia? Ter esse atendimento?

DR RAONY – Consegue. Na verdade, ela tem, se não está sendo atendida, algo de estranho está acontecendo. Ela pode ser atendida pela delegacia da mulher, pela delegacia do município, 24 horas por dia. O que acontece é que, geralmente, durante o plantão, há homens. E aí a pessoa prefere não ser atendida. Além disso, as pessoas que ficam aqui não estão habituadas com registros de violência doméstica. Então, muitas vezes, eles acabam orientando, dependendo da

circunstância: “É melhor você vir amanhã, durante o dia, que vai ter essa equipe especializada.” Ou: “Melhor você passar antes no hospital para conseguir a ficha clínica, para já garantir que você vai ter prova de que foi machucada.”

O ARAUTO – Mas essa orientação de retornar para casa não é complicada, doutor? Sabendo que ela acabou de sofrer violência em casa.

DR RAONY – Cara, eu não tenho notícia desse sistema. Chegou aqui, acabei de apanhar. Se a pessoa apanhou, se a pessoa foi agredida naquele momento, o sujeito está em situação de flagrante. Não é uma questão de levantar um boletim de ocorrência. É questão de acionar uma viatura para ir ao local e prender o agressor. Mesmo se a viatura chegar ao local e não encontrar o agressor, a vítima pode acompanhar os policiais que fizeram o atendimento para realizar o registro e solicitar a medida protetiva. Independentemente desse registro, se no decorrer da noite o agressor for encontrado, ele estará em situação de flagrante. Não é porque ela registrou um boletim de ocorrência antes que ele fugiu que eu não posso fazer um adendo nesse boletim de ocorrência já registrado. Assim, posso registrar a prisão dele posteriormente.

O ARAUTO – Esses casos noturnos geralmente envolvem situações que já ocorreram, e a mulher decide registrar a ocorrência naquele momento, mas não é uma violência que acabou de acontecer.

DR RAONY – Sim, mas é aquilo: eu não tenho notícia de um número de

vítimas que chegam aqui durante a noite para registrar uma ocorrência que não foi em situação de flagrante. Eu atendo muitas vítimas de violência doméstica todos os dias, durante o dia, e nenhuma delas me relatou que esteve aqui à noite para fazer o registro. Acredito que a estrutura pode intimidar a pessoa a entrar. Ela chega a uma delegacia de polícia toda apagada, com só uma luzinha, sozinha. Acho que isso pode intimidar a pessoa.

O ARAUTO – Então, à noite, continuará havendo um plantonista, que será orientado a oferecer o atendimento online?

DR RAONY – Sim, o plantonista oferecerá a opção de atendimento online, mas a vítima também poderá optar por registrar a ocorrência com ele.

O ARAUTO – Quem participa do atendimento online? Além da vítima, há um delegado?

DR RAONY – Não vai ser ninguém.

O ARAUTO – Mas é um delegado lá de São Paulo?

DR RAONY – É uma equipe de São Paulo. Aí eu não posso dizer se vai ser um delegado que vai atender, se vai ser um escrivão, se vai ser um investigador.

O ARAUTO – Então, em um mês, um pouco mais de um mês, teremos isso em Porto Feliz?

DR RAONY – Sim.

O ARAUTO – E se a vítima optar pelo atendimento online durante o dia, isso será possível?

DR RAONY – Pode, mas eu acho isso muito pouco provável.

(Segue na próxima página).



ENTREVISTA

Foto: Adriano Capelini/arquivo

O ARAUTO – Mas se ela optar?

DR RAONY – Pode. A DDM online tem um número muito grande de atendimentos. Então a pessoa entra numa fila, ela fica aguardando a vez dela. E essa fila pode demorar muito.

O ARAUTO – Horas?

DR RAONY – Sim. Porque é o estado inteiro. Então a pessoa prefere geralmente fazer o registro pela equipe que está. Mas às vezes, dependendo da circunstância, já é só homem. A pessoa fica constrangida. E aí ela prefere esperar um pouco para fazer um atendimento com outra mulher.

O ARAUTO – Então essa Sala Lilás estará pronta em um mês. Hoje, então, não existem essa sala?

DR RAONY – Não, hoje a gente está montando a Sala Lilás.

O ARAUTO – Muitas mulheres reclamavam é ser atendida no balcão. Quando eu cheguei agora, tinha quatro homens ali.

DR RAONY – É, mas isso não acontece mais.

O ARAUTO – Sim, mas acontecia antes?

DR RAONY – Desde que montamos essa equipe, eu não sei precisar exatamente, mas acho que já faz uns três meses que elas estão trabalhando juntas. Desde que a equipe foi formada, as vítimas não são atendidas no balcão. Elas entram na delegacia e são atendidas pela Lidianie e pela Cláudia, a escrivã e a assistente social. A única coisa que acontece no balcão é que a vítima se identifica como vítima de violência doméstica. Então, o pessoal da frente avisa: “Tem uma ocorrência de violência doméstica.” O pessoal da frente nem sabe da história.

O ARAUTO – Hoje, em salas normais, pela escrivã, pela assistente social e futuramente nessas salas lilás?

DR RAONY – Sim. É

aquilo. O atendimento agora está sendo feito numa sala pintada de lilás. Não é a sala protocolada.

O ARAUTO – O que que precisa ser protocolado? Ser oficializado?

DR RAONY – Precisa ser oficializado. Precisa da instalação desses equipamentos.

O ARAUTO – Treinamento também?

DR RAONY – Treinamento, não, porque o pessoal já vem treinado, já sai da academia. Na verdade, praticamente todo policial já tem treinamento para atendimento de violência doméstica, pois é uma matéria ministrada quando você faz o curso de promoção. Se você não faz esse curso de promoção, não consegue ser promovido de categoria. Portanto, quase todos os policiais têm esse treinamento.

O ARAUTO – Continua com muitos casos de violência na cidade?

DR RAONY – Continua, sim. O número de flagrantes diminuiu, mas temos feito vários registros de violência doméstica.

O ARAUTO – Quantos em média?

DR RAONY – Eu acho que hoje está quase um por dia.

O ARAUTO – Podemos colocar entre 20 e 30 por mês?

DR RAONY – Eu acredito que sim. Pelo trato aqui, às vezes você atende dois, no outro dia você não atende nenhum. Mas eu acho que se for tirar uma média, dá um por dia.

O ARAUTO – É o principal crime? Junto com o tráfico?

DR RAONY – Tem mais violência doméstica do que tráfico.

O ARAUTO – Que roubo também?

DR RAONY – Muito mais.

O ARAUTO – Que furto?

DR RAONY – Mui-



to mais. Furto pessoal a gente quase nem registra mais, porque a pessoa sabe que dificilmente o sujeito vai ser condenado, já que a pena para furto é pequena. Além disso, os furtos praticados na cidade são de pequena proporção. Geralmente, é um usuário de drogas que entra em uma casa, pega algo e vai embora. Por isso, a pessoa acaba nem se dispondo a fazer um registro de ocorrência.

O ARAUTO – Pra finalizar, doutor. Nas redes sociais, as mulheres falam e cobram a criação de uma Casa Lar para acolher as mulheres vítimas de violência. Isso não é problema da delegacia, é uma questão de política de governo, tanto municipal ou estadual.

DR RAONY – Sim, A gente não tem competência pra atuar nisso. Isso é uma área exclusivamente social.

O ARAUTO – Não é arriscado colocar várias mulheres ameaçadas no mesmo local. É bem complexo esse projeto. Tem que ser sigiloso, ter várias estruturas sociais, mas também de segurança?

DR RAONY – Eu puxei um plantão em Sorocaba, na delegacia de defesa da mulher, alguns anos atrás. Na época, eles tinham algo parecido. Nem a polícia sabia onde era a casa. A pessoa ia lá, registrava a

ocorrência, e então o policial entrava em contato com o setor responsável, que eu acho que era da Guarda Municipal. Uma equipe específica pegava a pessoa e a levava para esse lugar. Agora... não sei se esse tipo de conduta seria viável dentro de uma cidade pequena.

O ARAUTO – Teria que ser em outra cidade?

DR RAONY – Teria que ser fora daqui.

O ARAUTO – É uma questão entre prefeitura e governo de estado. A verdade é essa?

DR RAONY – Entre prefeitura e governo de estado, eu sei que para criação parece que precisa de uma lei. De uma lei municipal regularizando como que vai ser, por exemplo, existe o aluguel social. Não necessariamente precisa a prefeitura ter uma Casa Lar como abrigo. Existe o aluguel social. Então, me disseram que pra isso precisaria de uma lei municipal para viabilizar esse tipo de locação. Pelo que eu soube, existe já esse projeto na Câmara. É uma informação que eu tive meio que superficial. Que existiria esse projeto. Agora não sei se te dizer em que pé que está nem quando que foi proposto.

O ARAUTO – Além do aluguel social, a mulher teria, como respaldo na sua

segurança, o Botão do Pânico, a medida protetiva. Essa seria a forma mais rápida e eficaz, antes de discutir a criação de uma Casa Lar, que é mais complexo?

DR RAONY – Sim. As pessoas buscam muito pela medida protetiva. Eu acho que o que tem se mostrado resultados melhores, lógico, decorrente da medida protetiva, é justamente o botão do pânico. Porque o fato do cara saber que ela tem um caminho rápido pra acionar as forças de segurança, isso inibe ele.

O ARAUTO – Seria mais interessante, no momento, a regularização do aluguel social as mulheres vítimas de violência doméstica?

DR RAONY – Sim. Eu sei que a prefeitura já paga aluguel social para famílias que estão em situação de risco, com filhos e tal, mas para vítima de violência doméstica, até onde eu sei, ainda não tem.

O ARAUTO – O aluguel social acaba sendo até mais interessante para tirar a mulher da casa, para encorajar e proteger mais mulheres a denunciar?

DR RAONY – Sim. Mas pesquise sobre isso, pois não tenho certeza se já existe...

O ARAUTO – Iremos pesquisar. Obrigado pela entrevista.

DR RAONY – Obrigado, você.



MATÉRIAS DE CAPA

Porto Feliz tem lei de aluguel social, mas mulheres vítimas de violência doméstica ficam de fora

A lei citada pelo delegado Dr. Raony não atende as mulheres vítimas de violência doméstica

Porto Feliz conta com uma lei que estabelece a concessão de benefício financeiro mensal para cobrir despesas com moradia de famílias em situação de emergência habitacional e vulnerabilidade socioeconômica. A Lei 5.586/2017, conhecida como Lei do Aluguel Social, prevê o pagamento de até R\$ 800 mensais para famílias que se enquadrem em critérios específicos, como residir em áreas de risco, estar em situação de despejo ou viver em locais afetados por calamidades públicas, como deslizamentos, inundações ou incêndios. No entanto, a legislação não inclui mulheres vítimas de violência doméstica, um grupo que frequentemente precisa de apoio emergencial para sair de ambientes hostis e reconstruir suas vidas.

O auxílio é de R\$ 800 mensais por família, independentemente do número de membros, e pode ser concedido por até 12 meses, com possibilidade de prorrogação

mediante justificativa de um assistente social. O benefício é depositado diretamente na conta do locador, após comprovação de que o beneficiário continua ocupando o imóvel.

Apesar de ser uma iniciativa importante, a lei não contempla mulheres vítimas de violência doméstica, que muitas vezes precisam deixar suas casas de forma abrupta para garantir sua segurança e a de seus filhos. Essas mulheres enfrentam dificuldades para encontrar moradia temporária e, sem um auxílio específico, acabam dependendo de abrigos ou da ajuda de familiares e amigos, o que nem sempre é viável.

De acordo com o delegado titular de Porto Feliz, Dr. Raony de Brito Barbedo, a criação de uma Casa Lar para acolher mulheres em situação de violência é uma demanda que depende de políticas públicas municipais ou estaduais, e não da delegacia. Ele sugere que a inclusão dessas mulheres no programa

de aluguel social poderia ser uma solução mais rápida e eficiente, já que a lei já existe e poderia ser adaptada para atender a essa necessidade.

Enquanto a criação de uma Casa Lar para mulheres vítimas de violência doméstica é um projeto complexo e que depende de diversas questões, como localização, segurança e infraestrutura, o aluguel social surge como uma opção intermediária e mais viável no curto prazo. A inclusão dessas mulheres no programa de aluguel social permitiria que elas tivessem um local seguro para morar, com medidas protetivas e programas como o botão do Pânico, enquanto buscam independência financeira e emocional, sem precisar esperar pela construção de uma Casa Lar.

Outro ponto crítico da lei é o valor do auxílio, fixado em R\$ 800 mensais. Esse valor está bem abaixo do valor médio de aluguéis em Porto Feliz, onde os preços costumam ser mais altos.

Para muitas famílias, especialmente as que têm crianças ou dependentes, esse valor é insuficiente para cobrir as despesas com moradia, o que limita a eficácia do programa.

Em outras cidades, o aluguel social já é utilizado como uma ferramenta para auxiliar mulheres vítimas de violência doméstica. Em Sorocaba, por exemplo, o programa de aluguel social inclui mulheres nessa situação, oferecendo um valor mais compatível com o mercado imobiliário local. Além disso, o atendimento é integrado com outros serviços, como assistência social e psicológica, para garantir que as mulheres recebam o suporte necessário para reconstruir suas vidas.

Em São Paulo, o programa “Aluguel Social” também contempla mulheres vítimas de violência, com valores que variam de acordo com o tamanho da família e as necessidades específicas de cada caso. O programa é visto como uma

forma de garantir que essas mulheres tenham um local seguro para morar enquanto buscam independência financeira e emocional.

Defensores dos direitos das mulheres argumentam que a inclusão de vítimas de violência doméstica no programa de aluguel social de Porto Feliz seria um avanço significativo. Além disso, sugerem que o valor do auxílio seja reajustado para refletir melhor os custos reais do mercado imobiliário local.

A ampliação da lei também poderia incluir parcerias com organizações não governamentais e a criação de uma rede de apoio integrada, com assistência social, psicológica e jurídica, para garantir que as mulheres recebam o suporte necessário para superar a violência e reconstruir suas vidas.

Com essas mudanças, o programa poderia se tornar uma ferramenta ainda mais eficaz no combate à desigualdade social e na proteção de grupos vulneráveis.

PM e jovem morrem em acidentes na Rodovia Marechal Rondon

Dois acidentes graves ocorridos na Rodovia Marechal Rondon (SP-300) resultaram na morte de um policial militar e de um jovem. Os casos, que aconteceram em dias diferentes, chamam a atenção para a necessidade de reforçar a segurança nas vias e alertam sobre os riscos de imprudência no trânsito.

Na madrugada de sábado (8), o policial militar Lucas Zardetto Dias,

de 33 anos, perdeu a vida em um acidente na pista leste da Rodovia Marechal Rondon. De acordo com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), o PM estava sozinho no veículo quando um carro que vinha na direção contrária invadiu a pista e colidiu frontalmente com o seu automóvel.

Lucas Zardetto foi socorrido, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. No outro veículo, duas

pessoas ficaram gravemente feridas, e uma terceira teve ferimentos leves. O acidente foi tão grave que todas as faixas da rodovia precisaram ser interditadas, e o trânsito foi liberado apenas por volta das 2h de domingo (9), após a remoção dos veículos e a limpeza da pista.

O corpo do policial foi velado e sepultado no domingo (9), no Velório Municipal de Porto Feliz. Em nota, a Polícia Militar

lamentou profundamente a morte do colega: “Nesse momento de dor, unimos nossos sentimentos aos da família e elevamos nossos pensamentos a Deus, rogando-lhe que, por meio de seu grande amor, possa consolar os corações e curar as feridas dessa separação”.

Na tarde desta terça-feira (11), outro acidente fatal ocorreu na mesma rodovia, desta vez no quilômetro 138,8, também em Porto Feliz. O jovem

Lucas Gabriel da Silva Ortiz, de 21 anos, morreu após colidir com um caminhão enquanto pilotava sua motocicleta.

Segundo a Artesp, a Polícia Rodoviária informou que a moto bateu de frente com o caminhão. Após o impacto, ambos os veículos ficaram parados no acostamento. Lucas Gabriel foi socorrido e levado ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos. O motorista do caminhão não se feriu.

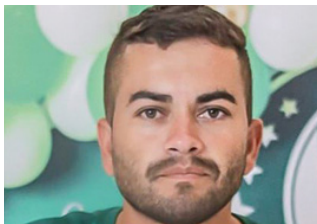


ANIVERSARIANTES & INCLUSÃO

ANIVERSARIANTES:



Nesta quarta-feira 12, aniversariou **ELIANE**



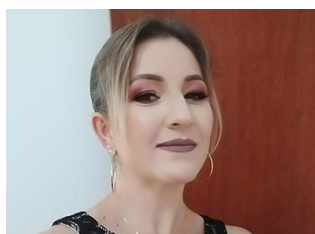
Nesta quarta-feira 12, aniversariou **WILLIAN**



Nesta quinta-feira 13, aniversariou **ANDREI**



Neste sábado 15, aniversaria **JOÃO**



Neste domingo 16, aniversaria **SILVANA**



Neste domingo 16, aniversaria **FLAVIA**

sigam-nos nas redes sociais



www.jornalauto.com.br



jornalautoopf



osrautoopf



ESCRITÓRIO DINIZ²
ADVOGADO & CONSULTORIA
(15) 2107.7443

Papelaria Lap

- Material escolar
- Material de escritório
- Produtos de informática
- Artigos para presente
- Personalizados

(15) 99755-1377
Lilian Diniz

@papelarialap

Alunos da Apae fazem releitura da obra “Abaporu”, de Tarsila do Amaral

Os alunos da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Porto Feliz mergulharam no universo da arte moderna brasileira e apresentaram uma emocionante releitura da icônica obra “Abaporu”, de Tarsila do Amaral. Sob a orientação do professor Alessandro, os estudantes recriaram a pintura com muita criatividade, trazendo novas cores, formas e interpretações que mostram como a arte pode ser reinventada a partir de diferentes olhares e perspectivas.

Criada em 1928, “Abaporu” é uma das obras mais emblemáticas de Tarsila do Amaral e um dos pilares do modernismo brasileiro. O nome da pintura vem do tupi-guarani e significa “homem que come gente”, uma referência ao conceito de antropofagia cultural, que propõe a absorção e ressignificação de influências estrangeiras na cultura brasileira. A obra retrata uma figura humana de corpo alongado, com pés e mãos grandes, cabeça pequena e um cacto ao lado, sob um sol intenso.

Inspirados pela riqueza visual e simbólica da obra de Tarsila, os alunos da Apae

de Porto Feliz deram asas à imaginação e criaram suas próprias versões de “Abaporu”. O projeto, coordenado pelo professor Alessandro, teve como objetivo não apenas apresentar os alunos ao universo da arte moderna, mas também estimular a criatividade e a expressão artística.

A atividade vai além da prática artística: ela também reforça a importância da arte como ferramenta de inclusão e expressão. Para os alunos da Apae, a releitura de “Abaporu” foi uma oportunidade de explorar suas habilidades, trabalhar em equipe e se conectar com a cultura brasileira de uma forma lúdica e significativa.

A releitura de “Abaporu” pelos alunos da Apae de Porto Feliz é um exemplo de como a arte pode ser uma ferramenta poderosa para a educação, a inclusão e a expressão pessoal. Ao mergulhar no universo de Tarsila do Amaral, os estudantes não apenas aprenderam sobre a história da arte brasileira, mas também deixaram sua marca, mostrando que a criatividade não tem limites e que cada olhar pode transformar uma obra clássica em algo novo e único.

Fotos: divulgação



CONTABILIDADE



**Abertura e Encerramento de Empresa - Imposto de Renda
Carne Leão - Assuntos Fiscais, Trabalhistas e Contábeis
Regularização de Obra junto à Receita Federal**

Tel. (15) 3262-2452

WhatsApp (15) 98143-9564